

**EDcl na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF
(2007/0156946-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
EMBARGANTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : MYRTES DO LAGO MARIANO DE MELO FERNANDES
INTERES. : NADIR MARIA DISCONSI
INTERES. : NADIR MARIA LEOPOLDO FERNANDEZ
INTERES. : NADY EDA FUNK
INTERES. : NADYR AMARAL
INTERES. : NEDY DE AZEVEDO
INTERES. : NEILA PEREIRA FLORES
INTERES. : NEIVA MARIA PICADA DA COSTA
INTERES. : NELCIR TERESINHA PERACHI
INTERES. : NELSON CARVALHO LEAL
INTERES. : NELSON OLIVA
INTERES. : NEUSA DAVID
INTERES. : NEY RAMIREZ CALDEIRA
INTERES. : NICOLA MATHIAS FALCI
INTERES. : NILCE TERESINHA BETTIN CÂNDIDO
INTERES. : NILO LUCHSINGER BARRETO
INTERES. : NILTON TELMAR RAMOS NUNES
INTERES. : NOSRALLA ABRAHÃO
INTERES. : ODDONE A MILANEZ DE SOUZA
INTERES. : ODETE KOCH TRINDADE
INTERES. : ODETE LUIZA DENARDIN
INTERES. : ODIR MENDES FIGUEIREDO
INTERES. : OG DE MELLO FERNANDES
INTERES. : OLGA SILVEIRA EIFLER

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 242-248) opostos pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ANFIP contra decisão monocrática que, ao homologar a desistência formulada pelo substituído NORBERTO STAGGEMEIER, condenou este ao pagamento dos ônus sucumbenciais arbitrados em R\$ 1.560,00 (mil, quinhentos e sessenta reais).

A embargante aduz, em síntese, que a condenação em razão da sucumbência mostra-se exacerbada, "em nítida contradição às demais decisões

prolatadas em situações idênticas". Nesse sentido, pugna pela redução do *quantum* arbitrado para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Requer sejam acolhidos os embargos.

Intimado para eventual manifestação, o embargado pugnou pela rejeição dos embargos.

É o relatório. Passo a decidir.

Com razão, em parte, a embargante.

De fato, inexistente, *in casu*, proveito econômico na espécie com a extinção do feito no tocante ao referido substituído.

Considerando o caso específico de sindicatos e associações, que possuem grande quantidade de filiados, entendo que a duplicidade constatada não caracteriza má-fé. Deve ser levado em conta o princípio da justiça no caso concreto e a baixa complexidade em se verificar a duplicidade de execuções. Assim, cabível a fixação da verba honorária por equidade nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015.

Nesse sentido, fixo, a título de honorários advocatícios, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o substituído excluído, nos moldes do art. 85, § 8º, do CPC, em isonomia com homologações de desistência na mesma execução (2007/0221819-1, 2007/0162336-4, 2007/0253368-7 e 2007/0261222-6).

Diante do exposto, **acolho parcialmente** os embargos de declaração para sanar o vício apontado em relação aos ônus sucumbenciais, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção